



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

### CONCLUSÃO

Em 15/10/2013, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0017464-37.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Estabelecimentos de Ensino**  
 Requerente: **Thaize Moretti D Almeida**  
 Requerido: **Associação de Escolas Reunidas**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Thaize Moretti D' Almeida** impetrou mandado de segurança em face da reitoria da **Associação de Escolas Reunidas**, representada por Antonio Carlos Vilela Braga, dizendo que desde 2009 realiza curso de fisioterapia. Tinha um débito com a ASSER, mas depositou em 6.9.2013 o valor integral da dívida. Apesar disso a autoridade coatora não lhe viabilizou a renovação da matrícula para prosseguir frequentando o curso. Essa postura da autoridade coatora afronta o artigo 6º da Lei 9870/99. Pede liminar para garantir a sua matrícula, compelindo a autoridade coatora de se abster de violar o dispositivo legal supra mencionado. Pede sentença de procedência para ratificar a liminar. Documentos às fls. 14/22.

A liminar foi concedida a fl. 23. A ASSER prestou as informações de fls. 24/34 dizendo que a impetrante pagara com cheque sem fundo as mensalidades de agosto a dezembro de 2012, o que motivou a informante a ajuizar ação de cobrança. A impetrante também deixou de pagar as mensalidades do primeiro semestre de 2013, ou seja, as vencidas no período de fevereiro de 2013 a julho de 2013, aplicando-se a ressalva contida no artigo 5º, da Lei 9870. Pede a denegação da ordem de segurança. Documentos às fls. 38/69. A autoridade coatora a fl. 71 ratificou as informações da ASSER.

O MP disse a fl. 70 que não intervirá neste feito.

**0017464-37.2013.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Acolho a manifestação do MP lançada a fl. 70. Discute-se nesta lide questão de direito individual disponível, inexistindo razão jurídica que possa justificar a intervenção do MP. Não mais se lhe dará vista dos autos.

A impetrante está matriculada no curso Bacharelado em Fisioterapia - noturno, desde 2009. Anualmente, obteve a rematrícula semestral. Sucede que no segundo semestre do ano transato, a impetrante pagou as mensalidades do período de agosto/12 até dezembro/12, mediante o cheque dado em caráter pro solvendo n. 851212, do Banco do Brasil S/A, agência 0154, cheque esse emitido pela sua irmã.

Referido cheque (fl. 19) foi devolvido pelo sacado. A ASSER ajuizou ação em face da emitente do cheque, conforme fls. 15/18. Essa dívida foi paga em juízo (fls. 21/22) em 5.9.2013, quitando assim o período agosto a dezembro/12.

A impetrante celebrou com a ASSER o contrato de fls. 53/54, em 27.2.2013, para prosseguir no mencionado curso, de modo a realizar o sétimo período, sendo que o preço da semestralidade foi definido na cláusula 8ª como sendo R\$ 4.798,08. Na última oração do § 3º, da cláusula 8ª, do contrato de fl. 53, as partes ajustaram que "será cancelada a matrícula paga mediante cheque não compensado".

Acontece que a impetrante não pagou as mensalidades vencidas no período de fevereiro/13 até julho/13, conforme ficha financeira de fls. 55/57. A impetrante cuidou apenas de exibir o recibo de fl. 22 que diz respeito à dívida de fls. 15/17.

A impetrante não tem direito líquido e certo a exigir sua rematrícula no mencionado curso no período agosto a dezembro/13, pois não pagou as mensalidades do primeiro semestre. A ASSER e a autoridade coatora têm por força do disposto no artigo 5º, da Lei 9870/99, o direito de indeferir requerimento de renovação da matrícula quando o aluno estiver inadimplente com o pagamento das mensalidades anteriores. Foi o que aconteceu com a situação da impetrante.

A ASSER "necessita dos recursos oriundos das prestações dos serviços educacionais às quais se destina, exatamente para dar continuidade a tal atividade, não atuando como entidade filantrópica (relevante fundamento constante do v. acórdão proferido no AI n. 0160590-97.2013.8.26.0000, tendo como relator o Desembargador Nelson Jorge Junior, J. 11.9.2013, 17ª Câmara de Direito Privado do TJSP)".

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

Portanto, a impetrante está desprovida do indispensável direito líquido e certo (inciso LXVIII, do artigo 5º, CF) para a obtenção da almejada segurança.

**JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Revogo imediatamente a liminar de fl. 23: expeça-se ofício para cancelar a matrícula. Não incidem honorários advocatícios. A impetrante é beneficiária da AJG, estando isenta do pagamento das custas.

P.R.I. caso não haja recurso, certifique o trânsito em julgado, comunique-se e ao arquivo.

São Carlos, 23 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**